



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Review of Kooi, C. (2022) Reformation in the low countries, 1500-1620

Krijger, T.E.M.

Citation

Krijger, T. E. M. (2024). Review of Kooi, C. (2022) Reformation in the low countries, 1500-1620. *Lusitania Sacra*, (50), 262-267.
doi:10.34632/lusitaniasacra.2024.17714

Version: Publisher's Version

License: [Creative Commons CC BY 4.0 license](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/4250863>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

KOOI, Christine

Reformation in the Low Countries, 1500-1620

Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 236 p. ISBN: 978-100-90-7395-0

TOM-ERIC KRIJGER

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2024.17714>

Universidade de Leiden, Centro de Ciências Religiosas, Países Baixos
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-9532-8337>

Tal como em qualquer outro lugar do mundo, no Reino dos Países Baixos e no Reino da Bélgica são tradicionalmente feitas piadas sobre os habitantes do país vizinho¹. Os belgas gostam de fazer galhofa da – a seu ver – ‘avareza’ dos holandeses, que, por sua vez, fazem pouco da ‘estupidez’ dos belgas. Estes estereótipos nacionais baseiam-se em diferenças religiosas – a avareza e a estupidez são, aos olhos de outras pessoas, consideradas características do calvinismo e do catolicismo, respetivamente – cujas raízes remontam ao século XVI. São bem expressas estas diferenças no quadro *A pesca das almas*, de 1614, do pintor Adriaen van de Venne (±1589-1662). A pintura, uma alegoria da promessa de Jesus aos seus discípulos de que os faria “pescadores de homens” (Mateus 4:19), mostra um rio largo com dois barcos: um barco com pastores protestantes (calvinistas) e o outro com clérigos católicos. Ambos os grupos de tripulantes estão a tentar tirar da água pessoas que se estão a afogar. A cena é ladeada por uma grande multidão de protestantes na borda de água esquerda e uma multidão igualmente numerosa de católicos na borda direita, ligadas por um arco-íris. A margem esquerda representa a então República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, enquanto a margem direita é uma representação dos Países Baixos Espanhóis. O arco-íris simboliza a unidade geográfica dos Países Baixos Setentrionais e Meridionais.

Christine Kooi, professora de História Europeia na Louisiana State University (EUA), utiliza uma imagem do quadro de Van de Venne na capa e numa das páginas (p. 180) do seu livro *Reformation in the Low Countries, 1500-1620*, publicado pela Cambridge University Press em 2022. A pintura pode ser vista como uma metáfora das aspirações dos líderes religiosos dos Países Baixos, no início da Idade Moderna, de «uma população espiritualmente unida sob a égide de uma igreja revitalizada». Embora Van de Venne sugira que os pastores calvinistas estavam a vencer, Kooi conclui que foi, pelo contrário, a Igreja Católica que teve muito mais sucesso na concretização dessa aspiração nos Países Baixos Meridionais do que a Igreja Reformada (Calvinista) no Norte (p. 188).

1 Hoje em dia, o nome ‘Países Baixos’ pode referir-se a uma região natural transnacional da Europa ocidental, consistindo historicamente em dezassete províncias, tanto como ao país que é conhecido oficiosamente como a ‘Holanda’ em português, se bem que a Holanda é, de facto, uma só antiga província (dividida desde 1840 nas províncias da Holanda do Norte e da Holanda do Sul) dentro deste país. Por uma questão de clareza, referem-se neste texto os ‘Países Baixos’ à toda a região natural (*de Lage Landen* ou *de Nederlanden* em neerlandês), a ‘Holanda’ à antiga província (*het gewest* ou *de provincie Holland*), os ‘Países Baixos Setentrionais’ (*de Noordelijke Nederlanden*) à parte da região natural que se desenvolveu no correr dos anos 1580 na ‘República Neerlandesa’ ou ‘República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos’ (*de Republiek der Zeven Verenigde Nederlanden*), os ‘Países Baixos Meridionais’ (*de Zuidelijke Nederlanden*) à parte da região natural que ficou sob a autoridade da Casa de Habsburgo após a década de 1580 e, consequentemente, também era conhecida como os ‘Países Baixos Espanhóis’ (*de Spaanse Nederlanden*), e o ‘Reino dos Países Baixos’ ao atual país (*het Koninkrijk der Nederlanden* ou *Nederland*).

O facto de a região natural dos Países Baixos – as atuais monarquias dos Países Baixos, da Bélgica e do Luxemburgo e os departamentos franceses do Norte e do Passo de Calais – se desintegraram politicamente, no final do século XVI, em duas partes (Norte e Sul) de dimensões praticamente iguais e completamente separadas por um abismo religioso intransponível é descrito por Kooi como um resultado único das disputas religiosas que tinham dominado toda a Europa desde o aparecimento do protestantismo em 1517 (p. 194). No início daquele século, ninguém poderia prever esta divisão. Na altura, os Países Baixos formavam um conglomerado de – eventualmente – dezassete províncias, nas quais se falavam dialectos neerlandeses e, no extremo sul, franceses, e que foram unidas numa união pessoal a partir do final do século XIV, sucessivamente, pelos Borgonheses e Habsburgos. A vida católica floresceu ali tanto como noutras partes da Europa, mas, noutros aspectos, os Países Baixos apresentavam um quadro diferente: a sua economia orientada para o comércio internacional deu origem a um alto grau de urbanização (especialmente nas províncias ocidentais), o que, por sua vez, resultou numa concentração do poder político e jurídico a nível local e num número relativamente elevado de leigos alfabetizados. Este último fator alimentou a procura de traduções de passagens bíblicas na língua corrente, que já estavam amplamente disponíveis no século XV. Outra consequência do elevado grau de urbanização foi o facto de a piedade religiosa se misturava com – e, por extensão, foi intensificada por – um sentido de «orgulho urbano» (p. 15-35).

Estas particularidades, descritas por Kooi no capítulo 1, estimularam a receptividade para o apelo, amplamente retumbante na toda a Europa, à *reformatio* (incluindo a ‘reeducação’ moral de clérigos corruptos), para novas práticas de piedade em que os leigos pudessem assumir mais responsabilidades individuais (de que a *Devoção Moderna* foi um expoente por excelência) e para a crítica de base bíblica de aspectos da doutrina da Igreja Católica (articulada pelo filósofo-teólogo Desidério Erasmo, ±1466-1536), bem como, com maior veemência, difundida da Europa germanófona a partir de 1517). Kooi defende, por isso, no capítulo 2, que a Reforma nos Países Baixos «chegou cedo e ficou por muito tempo» (p. 46). Em consonância com um historiador como Carter Lindberg (que está, surpreendentemente, ausente da sua bibliografia), ela utiliza o termo ‘Reforma’ como «uma designação concisa e não sectária das muitas mudanças religiosas importantes e duradouras» efetuadas no século XVI, tanto por aqueles que permaneceram na Igreja Católica como por aqueles que, quer queira ou não, seguiram como ‘protestantes’ os seus próprios caminhos eclesiásticos (p. xii). Até cerca de 1540, este último grupo, ainda numericamente pequeno, subdividia-se em ‘evangélicos’, que tinham nas suas fileiras muitos clérigos e se orientavam por Erasmo e pelos reformadores germanófonos Martinho Lutero (1483-1546) e Ulrico Zuínglio (1484-1531), e ‘anabatistas’ mais radicais, que principalmente provinham de círculos de comerciantes e artesãos e concretizavam a sua rutura com a Igreja Católica ao serem batizados novamente. A identidade de ambas estas colectividades protestantes ainda não estava fixada: os evangélicos não tinham uma teologia bem definida, enquanto os anabatistas, depois de as experiências com novas formas de convivência terem acabado em desilusão, tiveram de se ‘reinventar’ (p. 47-63).

Esta situação alterou-se com o desenvolvimento de uma poderosa máquina inquisitorial, com a qual os Habsburgos atuavam contra todos os ‘hereges’ que ousavam desafiar a autoridade eclesiástica católica. Esta repressão foi mais dura e sangrenta nos Países Baixos, em que Carlos V (1500-1558) e o seu filho Filipe II (1527-1598) detinham o poder real, do que

noutros lugares do Sacro Império Romano-Germânico, onde (com exceção da Áustria) a Casa de Habsburgo, apesar de ser a dinastia imperial reinante, tinha menos poder de decisão direto (p. 64-70). No capítulo 3, Kooi descreve o efeito contrário da caça aos hereges dos Habsburgos sobre os protestantes e os seus simpatizantes. Os anabatistas foram obrigados a passar à clandestinidade e fizeram dessa necessidade uma virtude: sob a liderança de Menno Simons (±1496-1561), transformaram-se de extremistas apocalípticos em comunidades pacifistas e auto-orientadas com uma rigorosa disciplina interna. Dentro do círculo dos evangélicos, o reformador francês João Calvino (1509-1564) tornou-se uma importante figura de orientação para um grupo crescente de ‘reformados’ (*gereformeerden* em neerlandês), que não apenas se reuniam em segredo, mas também fugiram para cidades como Londres, Emden e Heidelberg e, em contacto com correligionários estrangeiros, tentavam ali criar uma comunidade eclesiástica sólida. Entretanto, no âmbito de uma verdadeira ‘Contrarreforma’, a Igreja Católica munuiu o seu clero de clareza teológica e fez tudo o que pôde para aumentar o entusiasmo eclesiástico dos seus membros. Kooi qualifica todos estes desenvolvimentos de uma ‘virada confessional’ (ou denominacional), que proporcionou às comunidades menonita, reformada e católica romana, os seus próprios heróis de fé e mártires, os seus próprios credos e as suas próprias organizações eclesiásticas. Os «grupos intermédios», que não queriam ter nada a ver com o sectarismo, tanto nas suas formas protestantes como na sua forma católica, acabaram por perder (p. 102-104).

Guilherme de Orange (1533-1584), nomeado, em 1559, por Filipe II como o seu ‘estatuder’ (*stadhouder*) nas províncias da Holanda, Zelândia e Utreque, também não gostava muito do partidarismo confessional. A sua frustração crescente com a política centralizadora dos Habsburgos nos Países Baixos e a sua aversão aos efeitos perturbadores da inquisição nesses Países Baixos ligaram-se, no decurso da década de 1560, às queixas de nobres maioritariamente inferiores e parcialmente protestantes, que consideravam os drásticos poderes da máquina inquisitorial uma violação flagrante dos direitos locais. A fogosidade com que Filipe II reagiu a tal descontentamento obrigou Guilherme e muitos daqueles nobres a exilarem-se no estrangeiro, de onde, apoiados pelo grupo cada vez maior de refugiados reformados dos Países Baixos, tentaram lançar uma revolta contra a autoridade dos Habsburgos (p. 121). Quando essa revolta, após alguns sucessos militares em 1572 e anos seguintes, foi bem sucedida, os exilados políticos e os refugiados religiosos regressaram aos Países Baixos. Em seguida, um turbilhão de acontecimentos, que Kooi analisa no capítulo 4, deu origem a uma república no norte dos Países Baixos durante a década de 1580. Embora Guilherme de Orange tenha sido em favor de uma liberdade geral de culto, naquela república só os reformados podiam praticar a sua fé publicamente.

No entanto, a Igreja Reformada na República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos não era uma igreja estatal no sentido próprio: se bem que o governo cuidasse financeiramente exclusivamente dos edifícios e pastores da Igreja Reformada e recrutasse os seus funcionários e dignitários unicamente de círculos reformados, ele respeitava a consciência de qualquer pessoa e não obrigava ninguém a aderir à Igreja ‘Pública’. Ainda mais, para desgosto de muitos líderes eclesiásticos reformados, as autoridades políticas intrometeram-se intensamente na Igreja Reformada, ao mesmo tempo que permitiam que pessoas não reformadas se reunissem em igrejas ‘escondidas’ ou ‘clandestinas’ e deixavam-nas de resto (bastante)

imperturbadas. Essa ‘política de tolerância’ foi motivada principalmente pelo pragmatismo: os membros professos da Igreja Reformada continuavam a ser uma minoria em termos numéricos (p. 170-172). Nos Países Baixos Meridionais, que permaneceram nas mãos dos Habsburgos, desenvolveu-se, contrariamente, uma ordem monoconfessional (p. 143-145). Ali, foi dada aos protestantes a opção de partirem – muitos foram para a República – ou de regressarem à Igreja Católica Romana. O governo, o clero e os leigos católicos convencidos trabalharam simultaneamente em unanimidade para realizarem a Contrarreforma. Para o efeito, a infraestrutura eclesiástica foi reconstruída, congregações e ordens religiosas (incluindo a dos jesuítas) tiveram amplas oportunidades para se desenvolverem e a veneração de santos, a peregrinação e a frequência da igreja foram encorajadas entre os leigos (p. 143-161). Como conclui Kooi no capítulo 5, o Norte e o Sul tinham-se afastado religiosamente de tal forma que a cisão dos Países Baixos se tinha tornado permanente por volta de 1620 (p. 179).

Embora Kooi, ao contrário de muitos historiadores que a precederam, discuta em relação os desenvolvimentos religiosos nos Países Baixos Setentrionais e Meridionais até 1620, o seu livro recebeu consideravelmente mais atenção no Reino dos Países Baixos do que na Bélgica. Este facto ilustra bem a observação de Kooi de que o Norte e o Sul se tinham tornado mundos definitivamente separados no início do século XVII. Apesar da utilização do termo pela própria Kooi, o público em geral associará inicialmente a palavra ‘Reforma’ ao protestantismo, que no Reino da Bélgica – onde, desde a sua criação em 1830, os protestantes nunca representaram mais de um por cento da população – faz muito menos parte da vida quotidiana e da cultura nacional de memória do que no Reino dos Países Baixos.

Nas recensões publicadas até à data, o livro tem sido aclamado, e com razão. Como não se baseia em pesquisas originais em arquivos, pode não conter muito conteúdo novo, mas tem o grande mérito de oferecer, com base num “meio século” de estudos sobre a Reforma e a Revolta nos Países Baixos (p. 11), uma síntese coerente e concisa, sem ser simplificada demais. Kooi expõe de forma convincente a sua tese principal (já referida), graças a exemplos bem escolhidos, que destacam a dinâmica interna das comunidades religiosas e as suas interações com as autoridades locais e suprarregionais.

É claro que, se historiadores querem traçar linhas gerais, não podem evitar extrapolar um pouquinho aqui e ali e explorar alguns assuntos com menos profundidade. No entanto, o livro tem algumas omissões que são demasiado fundamentais para serem simplesmente descartadas.

O que é surpreendente é que, num livro sobre religião, há muito pouco sobre teologia. Kooi não parece sentir-se completamente à vontade nesse domínio. Ilustrativo disto é a sua discussão sobre o infra e supralapsarianismo no contexto do famoso Sínodo de Dordrecht (1618-1619), que Kooi vê como a peça final da ‘virada confessional’ nos círculos reformados (p. 162-169). O infralapsarianismo e o supralapsarianismo são respostas diferentes à questão de qual é a relação ‘correta’ entre a predestinação, uma pedra angular da teologia reformada, e a Queda, a separação entre Deus e o homem, provocada pelo primeiro casal humano, que só pode ser desfeita através da mediação de Jesus Cristo. O supralapsarianismo significa que Deus já predestinou, *antes* da Queda, quem iria para o céu e quem iria para o inferno. O infralapsarianismo, por outro lado, baseia-se na crença de que Deus tomou essa decisão apenas *após* a Queda. No entender de Kooi, o supralapsarianismo dominou a Igreja Reformada Neerlandesa

por volta de 1600, enquanto uma minoria dentro dela, liderada pelo teólogo Jacob Armínio (1560-1609) e referida após a sua morte como ‘remonstrantes’, aderiu ao infralapsarianismo. Na realidade, Armínio propôs uma *variante* do infralapsarianismo: após a Queda, Deus predestinou para o céu aqueles que Ele sabia de antemão que, ao acreditarem em Jesus como o Mediador entre Deus e o homem, *queriam* – note bem esta palavra – ser redimidos de sua pecaminosidade. Além disso, nem todos os ‘contrarremonstrantes’, os oponentes de Armínio, eram supralapsarianos. De facto, ao contrário do que afirma Kooi, o Sínodo de Dordrecht não foi um «triunfo» do supralapsarianismo (p. 169): os Cânones de Dort, que foram elaborados no Sínodo e levaram à saída forçada dos remonstrantes da Igreja Reformada Neerlandesa, são, na verdade, de carácter *infralapsariano*. O conflito entre os remonstrantes e os contrarremonstrantes não coincidia, portanto, com uma linha divisória entre infra e supralapsarianos, mas girava em torno da questão de saber se a predestinação de Deus sobre o destino do homem depende de uma escolha prevista por Deus de cada indivíduo de crer ou não em Jesus como Salvador.

Do mesmo modo, a discussão de Kooi sobre o Concílio de Trento (realizado intermitentemente entre 1545 e 1563), que foi decisivo na formação da Contrarreforma, deixa muito a desejar. Kooi escreve que a doutrina da Igreja Católica foi «reafirmada» (p. 97) no Concílio, mas não explica o que isso significa. Se tivesse dado uma explicação, teria ficado mais claro, por exemplo, porque é que precisamente os jesuítas desempenharam um papel tão instrumental na implementação da Contrarreforma (p. 98-99) e porque é que a veneração de santos foi considerada uma parte crucial da prática religiosa católica (contrarreformadora) (p. 153).

Kooi concentra-se principalmente nas maiores comunidades religiosas dos Países Baixos: os católicos romanos, os menonitas e os reformados (com os remonstrantes como uma separação involuntária destes últimos). Dedicar pouco mais do que duas alíneas aos luteranos e judeus, que se tornariam mais influentes durante o resto da história da República Neerlandesa do que os seus números inicialmente sugeriam (p. 177-178). Nota que ambos os grupos, pelo menos em Amesterdão e ao contrário de outras pessoas não reformadas, podiam ter locais de culto visíveis, mas ignora que isso se devia sobretudo à sua posição de ‘estrangeiros’ ou ‘pessoas de fora’ (referindo-se à Escandinávia e ao Sacro Império Romano-Germânico no caso da maioria dos luteranos e à Península Ibérica e, mais tarde, também à Europa oriental no caso dos judeus). A razão pela qual o calvinismo (do sul francófono) e não o luteranismo (que tinha vindo do leste germanófono mais cedo no século XVI) emergiu como o ramo dominante do protestantismo nos Países Baixos merecia ser mais desenvolvida.

O leitor também aprende relativamente pouco sobre um bom número das dezassete províncias. Kooi retira os seus exemplos principalmente da situação nas províncias ocidentais da Flandres, Brabante e Holanda, as regiões politicamente e economicamente mais importantes dos Países Baixos quinhentistas. As províncias mais ‘periféricas’, como Hainaut e Namur, no sul, Guéldria e Overissel, no leste, e Groninga, no norte, quase não são abordadas, se é que o são. O Principado-Bispado de Liège, que pertencia geograficamente aos Países Baixos e, embora como região autónoma, à esfera de influência dos Habsburgos (p. 22), também recebe muito pouca atenção, se bem que, devido à sua posição ‘distinta’, pudesse ter servido perfeitamente como material comparativo com outras regiões (meridionais) na exposição de Kooi sobre a Contrarreforma. O facto de o protestantismo não se ter implantado no Luxemburgo

(p. 184) clama por uma interpretação, tanto mais que as medidas inquisitoriais dos Habsburgos não se estenderam àquela região (nem à Groninga) (p. 68). Estas omissões devem-se ao facto de faltarem na bibliografia estudos parciais, maioritariamente escritos em neerlandês e francês, sobre as províncias periféricas. Por conseguinte, a representatividade da situação nas três regiões principais permanece algo indefinida.

No que diz respeito ao período abrangido pelo livro, Kooi teve obviamente de estabelecer um limite. Justifica a sua escolha do ano de 1620 como ponto final, argumentando que, nessa altura, a República Neerlandesa e os Países Baixos Espanhóis se tinham transformado em dois estados separados, com identidades religiosas nitidamente diferentes (p. 14, 179, 184). Além disso, Kooi afirma que, por volta do mesmo ano, o ‘regime’ religioso da República – que consistia, por um lado, na Igreja Reformada privilegiada, moldada pelo Sínodo de Dordrecht, e, por outro, numa política de tolerância em relação às outras comunidades religiosas – estava mais ou menos estabelecido (p. 171). Há algo a dizer contra ambos os argumentos. Em primeiro lugar, as fronteiras entre o Norte e o Sul ainda não estavam definitivamente determinadas por volta de 1620, o que teria consequências sobretudo para o panorama religioso da República Neerlandesa. Após a paz com a Espanha, em 1648, a República adquiriu permanentemente algumas áreas católicas e recatolicizadas na sua fronteira sul (partes da Flandres, Brabante, Alta Guéldria e dos Territórios Além do Mosa). A ‘protestantização’ destas chamadas ‘Terras da Generalidade’, apesar de a Igreja Reformada também aí ter sido privilegiada, falhou redondamente, porque uma maioria católica militante exigia espaço para se manifestar mais abertamente do que os católicos noutras partes da República. Em segundo lugar, os novos grupos que surgiram na cena religiosa da República ao longo do século XVII – como os ‘socinianos’ antitrinitários e os ‘quacres’ místicos – não foram tolerados sem luta. Por último, a Reforma nos Países Baixos não ‘terminou’ subitamente a cerca de 1620. Posteriormente, os reformados que defendiam uma ‘Reforma *continuada*’ lutaram contra os seus correligionários ‘transigentes’ e a favor de medidas mais rigorosas contra os não reformados, enquanto nos círculos católicos alguns teólogos defendiam uma renovação teológica. É claro que nada disto invalida o facto de *qualquer* periodização ser, em certa medida, arbitrária.

Estes comentários críticos não prejudicam a bela proeza que Kooi executou. A autora conseguiu contar uma história das mudanças religiosas e da sua correlação com os desenvolvimentos políticos e sociais nos Países Baixos hiperdiversos no ‘longo’ século XVI, que não é muito longa – o texto propriamente dito, incluindo algumas ilustrações e mapas, não ultrapassa as 196 páginas – mas que é, no entanto, bem fundamentada, equilibrada e claramente escrita. Assim, *Reformation in the Low Countries* continuará a ser, indefinidamente, a obra de referência que estudantes e investigadores terão de consultar para se iniciarem nesta matéria. Além disso, a tradução neerlandesa (publicada pela editora holandesa Prometheus em 2023) permite uma ampla difusão do livro para além dos muros das universidades da Europa neerlandófona, que não é menos complexa e dividida internamente do que no início da Idade Moderna. Assim visto, pouco mudou sob o arco-íris.